

ACHADOS DE AUDITORIA		
Nº	ACHADO	RECOMENDAÇÕES
AC01	Ausência de regulamentação municipal sobre a Lei de Acesso à Informação.	Regulamentar a Lei de Acesso à Informação no âmbito Municipal.
AC02	Impossibilidade de consulta pela população ao teor do ato normativo que regulamenta a Lei de Acesso à Informação.	Disponibilizar no sítio eletrônico do Município, na seção relativa ao Serviço de Informação ao Cidadão, o ato normativo que regulamenta a LAI.
AC03	O ato normativo não dispõe adequadamente sobre as competências atribuídas ao SIC e sobre seus parâmetros de funcionamento.	Adequar o ato normativo para que passe a abranger as atribuições referentes ao Serviço de Atendimento ao Cidadão, bem como os seus parâmetros de funcionamento e estrutura.
AC04	O ato normativo não dispõe adequadamente acerca da possibilidade de interposição de recurso pelo requerente e do seu processamento.	Adequar o ato normativo para que passe a mencionar explicitamente a possibilidade de recurso, o prazo mínimo de 10 (dez) dias para interposição de recurso, bem como que este será apreciado por uma autoridade superior no prazo máximo de 05 (cinco) dias, identificando quem é tal autoridade.
AC05	Ausência de regulamentação sobre os processos de trabalho, procedimentos ou fluxos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Elaborar e disponibilizar ato normativo descrevendo os processos de trabalho, procedimentos ou fluxos relacionados ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), abrangendo tanto pedidos efetuados presencialmente quanto por via eletrônica.
AC06	Ausência de designação de unidade responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão	Adequar o ato normativo para que passe a dispor expressamente sobre a unidade/setor que será responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão.

AC07	Não definiu os critérios utilizados para determinar quais informações devem ser publicadas ativamente.	<p>Editar ato normativo estabelecendo critérios para determinar quais informações são de interesse geral e coletivo, levando em conta, exemplificativamente, as informações que são de interesse para uma ampla gama de cidadãos, podendo ser utilizadas para seu benefício e tomada de decisões; as que promovam a transparência das ações e decisões da Administração; e as informações que devam ser divulgadas para que estejam em conformidades com as leis e regulamentações vigentes.</p>
AC08	Não definiu o fluxo de trabalho claro para a atualização e publicação dessas informações no site do Município.	<p>Normatizar um fluxo de trabalho estruturado para assegurar que as informações de interesse coletivo sejam atualizadas e publicadas de maneira eficiente, transparente e responsável, observando: a identificação das informações relevantes, através dos critérios já estabelecidos; a coleta de dados que deverão ser verificados quanto à precisão, atualidade e conformidade com as normas de segurança da informação; avaliação e aprovação pelo(s) responsável(eis) ou designados; preparação das informações e documentos de acordo com os padrões estabelecidos para garantir acessibilidade e compreensão pública para assim serem disponibilizados e publicados nos canais apropriados de acordo com estabelecido e os requisitos legais e regulatórios e ainda tendo monitoramento e atualização contínua.</p>